

MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ 04.160.039/0001-27



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEZEMBRO DE 2015

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. administra ativos financeiros das empresas do Grupo MAPFRE no Brasil e Fundos de Investimentos abertos em geral. Encerrou o exercício de 2015 com R\$ 7,4 bilhões (R\$ 6,3 bilhões em dezembro de 2014) de recursos sob gestão.

O resultado no exercício de 2015, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi de R\$ 5,6 milhões e o lucro líquido de R\$ 3,6 milhões.
A redução das rendas de administração de fundos de investimento junto ao Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE em 2015 decorre de mudança nas condições contratuais de remuneração com uma ponderação maior na remuneração por performance. Em razão do cenário econômico de 2015, ainda que a rentabilidade dos fundos tenha atingido índices acima do benchmarking das carteiras, não se alcançou a rentabilidade alvo prevista nos mandatos.

A Administração prevê para o próximo exercício incremento no volume de ativos financeiros sob administração, em razão da manutenção do crescimento das operações da MAPFRE no Brasil. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.
São Paulo, 25 de fevereiro de 2016
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Notas	2015	2014		Notas	2015	2014
Ativo Circulante		13.388	47.543	Passivo Circulante		3.648	18.762
Disponibilidades		1	5	Outras obrigações	9	3.648	18.762
Títulos e valores mobiliários		9.362	42.768	Sociais e estatutárias		533	1.367
Carteira própria	6	9.362	42.768	Fiscais e previdenciárias		389	6.995
Outros créditos		4.022	4.765	Diversas		2.726	10.400
Rendas a receber	7	3.363	4.546	Patrimônio líquido	10	11.372	30.679
Diversos	7	659	219	Capital:		7.100	19.868
Outros valores e bens		3	5	De Domiciliados no país		7.100	19.868
Despesas antecipadas		3	5	Reserva especial de lucros		2.852	7.031
Permanente		1.632	1.898	Reserva legal		1.420	3.780
Imobilizado de uso	8	1.494	1.886				
Outras imobilizações de uso		3.039	3.139	Total do passivo e patrimônio líquido		15.020	49.441
(-) Depreciações		(1.545)	(1.253)				
Intangível	8	138	12				
Ativos Intangíveis		154	20				
(-) Amortizações		(16)	(8)				
Total do ativo		15.020	49.441				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de capital	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	19.868		3.122		29.607
Distribuição de dividendos intermediários - AGE de 28/11/2014	--	--	--	--	--
Lucro líquido do exercício	--	--	--	13.152	13.152
Destinação do lucro líquido do exercício:				(6.034)	(6.034)
Distribuição de dividendos - AGE de 28/11/2014	--	--	--	(658)	(658)
Reserva legal	--	--	658	--	658
Reserva especial de lucros	--	6.460	--	--	6.460
Saldos em 31 de dezembro de 2014	19.868	7.031	3.780	--	30.679
Distribuição de dividendos - AGE de 08/07/2015 (nota 10e)	--	(1.371)	--	--	(1.371)
Aumento de capital - AGE de 08/07/2015 (nota 10a)	2.360	--	(2.360)	--	--
Redução de capital - AGE de 08/07/2015 (nota 10a)	(15.128)	--	--	--	(15.128)
Lucro líquido do exercício	--	--	--	3.592	3.592
Destinação do lucro líquido do período:				(1.434)	(1.434)
Distribuição de dividendos - AGE de 23/12/2015 (nota 10e)	--	(3.566)	--	--	(3.566)
Reserva especial de lucros	--	758	--	--	758
Juros sobre capital próprio - AGE de 23/12/2015 (nota 10e)	--	--	--	(1.400)	(1.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.100	2.852	1.420	--	11.372
Saldos em 30 de junho de 2015	19.868	7.031	3.780	1.434	32.113
Distribuição de dividendos - AGE de 08/07/2015 (nota 10e)	--	(1.371)	--	--	(1.371)
Distribuição de dividendos - AGE de 23/12/2015 (nota 10e)	--	(3.566)	--	(1.434)	(5.000)
Aumento de capital - AGE de 08/07/2015 (nota 10a)	2.360	--	(2.360)	--	--
Redução de capital - AGE de 08/07/2015 (nota 10a)	(15.128)	--	--	--	(15.128)
Lucro líquido do semestre	--	--	--	2.158	2.158
Destinação do lucro líquido do período:				(758)	(758)
Reserva especial de lucros	--	758	--	--	758
Juros sobre capital próprio - AGE de 23/12/2015 (nota 10e)	--	--	--	(1.400)	(1.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.100	2.852	1.420	--	11.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para operar no mercado de intermediação de títulos e valores mobiliários. As operações de distribuição são conduzidas de forma integrada com as Companhias que integram o sistema MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em São Paulo, Brasil, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08);
- CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa (homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08);
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas (homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09);
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações (homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11);
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11);
- CPC 24 - Evento Subsequente (homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11);
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09); e
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15).

Atualmente, não é possível estimar quando o Conselho Monetário Nacional irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, se o impacto dos mesmos se dará de maneira prospectiva ou retrospectiva nas demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 para o Balanço Patrimonial, nas demais demonstrações as informações são comparativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015, conforme disposições da Circular 2.381 de 18/11/1993 - BACEN.

c) Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Distribuidora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2016.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, sendo o mesmo apresentado na demonstração de fluxo de caixa.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva ou reclassificação dos respectivos títulos e valores mobiliários.

c) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição, ajustado pela depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e veículos e de 10% a.a. para móveis e equipamentos de uso.

e) Intangível

O ativo intangível está representado por desenvolvimento de sistemas sendo amortizados à taxa de 20% a.a. A Distribuidora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado/recebido ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Distribuidora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

g) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é constituída baseada em um histórico de eventos ocorridos e quando seja provável que um recurso econômico venha ser exigido para liquidar uma obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Distribuidora, quanto às probabilidades de perdas. São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos, contabilmente, somente quando há garantias reais ou decisões jurídicas favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

h) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

i) Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e consideram, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o como o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Distribuidora conta com um sistema de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até às diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (Compliance), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Distribuidora. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a Distribuidora conta com os seguintes comitês: **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Distribuidora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

Comitê de auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de estratégia financeira: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de riscos e controles internos: constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Além do intuito de gerir os riscos aos quais a Distribuidora está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Distribuidora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno.

O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Distribuidora. A Distribuidora possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos e Compliance realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Distribuidora utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Distribuidora em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descalços entre ativos e passivos financeiros da Distribuidora.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros "Marcados a Mercado" são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A. respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e precificação através das metodologias convencionais e de acordo com o código de autorregulação. A área de risco da Distribuidora analisa diariamente os critérios de precificação do administrador a fim de consolidar os resultados obtidos.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Distribuidora saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Distribuidora para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos da Companhia.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo COMEX - Comitê Executivo.

As premissas para o gerenciamento do risco de liquidez levam em conta também as melhores práticas divulgadas pelas ANBIMA e custodiante, BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A. respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e precificação através das metodologias convencionais e de acordo com o código de autorregulação. A área de risco da Distribuidora analisa diariamente os critérios de precificação do administrador a fim de consolidar os resultados obtidos.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços dos ativos financeiros decorrentes de oscilações de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e preços de ações, que podem impactar no resultado da Distribuidora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é demonstrar, gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados em que a Distribuidora está exposta, obedecendo a parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, colaborando com a otimização do retorno dos investimentos realizados.

A Distribuidora é conservadora com relação à exposição ao risco de mercado na qual os seus recursos são aplicados, sendo que este risco é mensurado pela área de Riscos e Compliance, com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a área de Riscos e Compliance acompanha os resultados decorrentes do cálculo do VaR e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Estratégia Financeira, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém, na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) Taxa de juros; em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Administradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para pontos de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e pressunção de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude e direção de variações de juros.

O cálculo de sensibilidade foi efetuado com base no valor de R\$ 9.362 (R\$ 42.768 em 2014) de ativos financeiros.

	Impacto no patrimônio líquido/resultados	
Fator de risco	2015	2014
Elevação da taxa de juros	94	210
Redução da taxa de juros	(94)	(210)

Parâmetros:
(a) 100 *bas points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014.
(b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento podem incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Distribuidora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

* continuação

MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ nº 04.160.039/0001-27**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)****d) Rendas de administração de fundos**

Partes relacionadas	Rendas de administração de fundos de investimento	
	2015	2014
Grupo MAPFRE	24.649	20.161
Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE	3.945	26.102

a) Planos de previdência complementar

A Distribuidora proporciona e administra plano de previdência complementar da MAPFRE Previdência S.A. aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o semestre totalizaram R\$ 99 (R\$ 73 em 2014).

12. GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os recursos da MAPFRE Serviços Financeiros e entidades ligadas (MAPFRE Seguros Gerais e MAPFRE Vida), são geridos pela Distribuidora, através de fundos de investimentos ou de carteiras administradas no montante de R\$ 3,7 bilhões (R\$ 3,6 bilhões em 2014), e recursos de terceiros no montante de R\$ 3,7 bilhões (R\$ 2,7 bilhões em 2014) que totalizam R\$ 7,4 bilhões de carteira geridas no período.

13. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	2º semestre		Exercício	
	2015	2015	2014	2014
Rendas de aplicação com fundos de investimentos	1.552	3.355	4.057	1.041
Rendas de aplicações em Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	233	1.041	-
Total	1.552	3.588	5.098	-

b) Receitas de prestação de serviços

	2º semestre		Exercício	
	2015	2015	2014	2014
Rendas de administração de fundos de investimentos	17.891	33.511	50.769	17.891
Total	17.891	33.511	50.769	17.891

c) Despesas de pessoal

	2º semestre		Exercício	
	2015	2015	2014	2014
Despesas com honorários da diretoria	(397)	(693)	(701)	(1.325)
Despesas com salários	(1.325)	(2.575)	(2.322)	(675)
Despesas com encargos	(151)	(388)	(474)	(4.796)
Despesas com benefícios	(22)	(45)	(55)	(1.222)
Despesas compartilhadas (nota 11c)	(7.366)	(14.351)	(13.131)	-
Total	(8.051)	(18.052)	(17.683)	(17.683)

DIRETORIA

WILSON TONETO
Diretor Presidente

ELÍSEO JOÃO VICIANA
Diretor Vice-Presidente

EDUARDO SOARES DE FREITAS
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos acionistas da **MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes dos impostos e participações	4.857	23.159	4.857	23.159
Participações sobre o resultado	(331)	(573)	(331)	(573)
Juros sobre capital próprio	(1.400)	-	(1.400)	-
Resultado antes dos impostos e após participações	3.126	22.586	3.126	22.586
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação sobre o resultado	533	1.367	533	1.367
Reversão de provisão participação sobre o resultado	(1.367)	(1.279)	(1.367)	(1.279)
Gastos com ativos diferidos	(230)	(231)	(230)	(231)
Provisão para contingências trabalhistas	8	-	8	-
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas indedutíveis	366	1.284	366	1.284
Lucro fiscal do semestre/exercício	2.436	23.727	2.436	23.727
Imposto de renda e contribuição social correntes	(365)	(3.559)	(365)	(3.559)
Adicional de imposto de renda	(220)	(2.349)	-	-
Incentivos fiscais:				
Deduções incentivadas	16	33	-	-
Total de Impostos	(569)	(5.875)	(365)	(3.559)

15. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2015, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco provável no montante de R\$ 96.

Natureza	2015		Valor da Provisão
	Quantidade	Valor Estimado	
Trabalhista	1	8	8
Tributária	10	88	88
Total	11	96	96

Em 31 de dezembro 2014, a Distribuidora não possuía processos judiciais em andamento.

Descrição da contingência: Processo trabalhista - Busca o pagamento de pretensões direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional. Processo tributário - Auto de infração movido pela Receita Federal referente à desmuntualização dos títulos patrimoniais da CETIP.

CONTADOR

REINALDO DANTAS
CRC - 1SP110330/O-6

S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiu relatório datado de 24 de fevereiro de 2015, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contador - CRC 1SP224130/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. foi instituído nos termos da Resolução nº 3198 de 27 de maio de 2004, editada pelo Banco Central do Brasil, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê, composto por 3 membros integrantes da Diretoria e 3 membros independentes, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de março de 2014, atendendo ao disposto na legislação, tendo como atribuições avaliar a qualidade e integridade das demonstrações contábeis das empresas; o cumprimento e efetividade dos sistemas de controles internos; a observância das normas e regulamentos internos; a observância das exigências legais e regulamentares; o sistema de administração de riscos e a atuação independente e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa e da auditoria interna.

O Comitê, no desempenho das suas atividades destaca que: (a) reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as

melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações; (b) tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou acompanhamento dessas rotinas, como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes avaliando positivamente a efetividade dos sistemas de controles internos e (c) acompanhou os trabalhos relativos ao canal de denúncias aberto a acionistas, colaboradores, fornecedores e ao público em geral, sem registro de ocorrências no decorrer do período.

O Comitê de Auditoria revisou previamente as suas demonstrações financeiras, reuniu-se com a Auditoria Interna e com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da MAPFRE

Administradora de Consórcios S.A., entende que suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

O COMITÊ			
Wilson Alves Feitosa Coordenador	Edvaldo Massao Murakami Membro Titular	Robson Soares Membro Titular	
Eduardo Soares de Freitas Membro Titular	Wilson Toneto Membro Titular	Eliseo João Viciana Membro Titular	

Telefônica conectará Brasil e EUA com novo cabo submarino em 2018

Operadora espera liderança no setor com o investimento

A Telefônica vai desdobrar um novo cabo submarino, de quase 11 mil quilômetros de extensão, para conectar as cidades do Rio de Janeiro e Fortaleza, com San Juan (Porto Rico) e Virgínia Beach (EUA).

O novo cabo submarino, cuja entrada em funcionamento está prevista para o começo de 2018, ajudará a multinacional a reforçar sua liderança em infraestruturas em toda América.

O BRUSA, como é denominado o cabo, se incorpo-

rará à Telxius, a nova companhia global de infraestruturas criada pela Telefônica e que irá incorporando de forma progressiva outras empresas e serviços como a rede de torres de telefonia e de cabo de fibra óptica.

Segundo a companhia, a tecnologia de ponta do cabo permitirá proporcionar uma capacidade de transmissão muito rápida, aumentar a conectividade de ponta a ponta e a disponibilidade de serviços de banda larga mega rápidos.

A operadora acredita que

com esta nova infraestrutura reforçará sua liderança no setor atacadista de telecomunicações. O cabo melhorará a confiabilidade das comunicações e fornecerá uma maior resiliência mediante o aumento do número de pontos de acesso nos Estados Unidos, o rendimento geral da rede global e a segurança extremo a extremo.

O BRUSA oferecerá também um dos links de comunicação de menor latência entre as duas maiores economias do continente, Brasil e Estados Unidos,

e oferecerá maior flexibilidade do que outros sistemas desdobrados até o momento.

Recentemente, a Telefônica reforçou suas infraestruturas na América com o desdobramento do Pacific Caribbean Cabo System (PCCS), um cabo submarino construído em consórcio e com uma capacidade de transmissão de até 80 Tbps.

Esse cabo faz um link entre Jacksonville (Flórida, EUA) com as Ilhas Virgens Britânicas, Porto Rico, Aruba, Curacao, Colômbia, Panamá e Equador.

A Telefônica também administra a Unisur, o cabo que conecta Uruguai e Argentina, assim como o SAM-1, um sistema de cabo submarino desdobrado em 2000, e que em forma de um anel de 25 mil quilômetros une Estados Unidos, o Caribe e Centro e América do Sul.

A rede internacional da Telefônica conta com mais de 65 mil km de fibra óptica (31 mil deles em propriedade) que conecta Estados Unidos com o resto do continente americano e Europa.

Trabalhadores na agricultura pedem mais recursos no DF

Integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) fizeram, ontem, uma manifestação em frente ao Ministério da Fazenda, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para reivindicar a liberação de recursos para a agricultura familiar e a anistia das dívidas.

As portarias, principal e a que o ministro Nelson Barbosa, da Fazenda, usa para acessar o prédio, foram bloqueadas pela segurança. O acesso foi realizado pelo prédio anexo.

De acordo com comunicado da Contag, 700 pessoas participaram da manifestação para pedir o avanço das negociações. A Polícia Militar do Distrito Federal calculou cerca de 500 pessoas.

Houve um pouco de tensão porque a polícia não permitiu que o carro de som ficasse a menos de 100 metros da entrada principal do prédio. Os manifestantes, então, interditaram as pistas no sentido Congresso Nacional-Rodoviária. Negociações culminaram com a liberação do carro de som e das pistas da Esplanada.

A mobilização nacional dos trabalhadores na agricultura do Espírito Santo e Minas Gerais, em Brasília, começaram na terça-feira e continuam até hoje e, segundo os organizadores, foram agendadas audiências nos ministérios da Fazenda e Meio Ambiente.

Os manifestantes informaram que os agricultores familiares capixabas e mineiros enfrentam sérios problemas causados pela seca desde 2014. Segundo eles, para piorar a situação, diversos municípios do Espírito Santo e de Minas Gerais foram atingidos pela tragédia de Mariana (MG), inviabilizando o acesso à água para milhares de famílias agricultoras e levando prejuízo à produção, afetando o pagamento das dívidas.

Na terça-feira, no primeiro dia de mobilização, os manifestantes protestaram no Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde uma comissão foi recebida pelo ministro Patrus Ananias.

Aeroporto de Curitiba é o melhor do país por usuário

Foram ouvidas 52 mil pessoas

O Aeroporto Internacional Afonso Pena, de Curitiba (PR), foi eleito o melhor do Brasil, vencendo a segunda edição do Prêmio Aeroportos + Brasil, concedido pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), da Presidência da República.

Foram ouvidos 52 mil usuários de voos domésticos e internacionais em 15 aeroportos brasileiros ao longo de 2015. Em 2014, o prêmio foi concedido ao Aeroporto Internacional dos Guararapes Gilberto Freyre, no Recife.

Ao todo, 11 categorias compõem a premiação referente a 2015. Além de vencer o prêmio Aeroporto + Brasil, que é o principal, o aeroporto de Curitiba foi o mais bem avaliado em três outras categorias: Restituição de Bagagem + Eficiente; Aeroporto + Cordial; e Raio-X + Eficiente.

Dois terminais venceram em duas categorias. O Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, em Natal, venceu a de Check-in + Eficiente, e de Aeroporto + confortável; enquanto o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), ganhou nas categorias Aeroporto com + Facilidades

ao Passageiro e Aeroporto + Limpo. A categoria Serviço Público + Eficiente foi vencida pelo Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, de Brasília.

Segundo o ministro da SAC, Guilherme Ramalho, a qualidade dos serviços prestados pelos aeroportos tem aumentado sensivelmente nos últimos anos. No entanto, disse ele, alguns serviços continuam sendo bastante criticados pelos passageiros. "Em quase todos os aeroportos, o ponto mais crítico foram os altos valores cobrados para alimentação e estacionamento. Apesar de todos já terem wifi, esse tipo de serviço também foi mal avaliado no que se refere à velocidade e disponibilidade", disse o ministro.

Este ano, a SAC dedicou duas premiações às companhias aéreas. A Azul Linhas Aéreas venceu na categoria Empresa Aérea com Check-in + Rápido, por registrar o menor tempo médio de espera nos balcões; e a Gol Linhas Aéreas ganhou na de Restituição de Bagagem + Eficiente, por registrar o menor tempo entre a chegada da aeronave e a entrega da última bagagem na esteira.

Latam divulga balanço com prejuízo de US\$ 219,2 milhões em 2015

Empresa culpa crise econômica no Brasil

A Latam Airlines, a maior companhia aérea latino-americana, perdeu US\$ 219,2 milhões em 2015, 99,6% a mais que os US\$ 109,8 milhões registrados no ano anterior.

A empresa, que inclui as operações da chilena LAN e da brasileira TAM, atribuiu as perdas à situação econômica do Brasil, onde o real se desvalorizou 49% em 2015.

Os ingressos do grupo alcançaram os US\$ 10,12 bilhões, o que representa uma queda de 18,8% em comparação com o ano de

2014. A margem operacional de 2015 foi de 5,1%, um ponto percentual a mais que no ano anterior.

"O ano de 2015 foi de desafios para a indústria na América do Sul, principalmente para o Brasil. Apesar da desaceleração do crescimento econômico da região e da desvalorização das moedas locais, a Latam conseguiu melhorar seu resultado operacional em um ponto percentual em comparação a 2014", afirmou Enrique Cueto, diretor-executivo da companhia.

Considerando o entorno eco-

nômico do Brasil e a desaceleração do setor aéreo no país, a TAM reduziu sua oferta no mercado doméstico 9,4% durante o último trimestre e 2,5% no ano.

Nesse sentido, o grupo revisou seu cronograma de entregas de frota para o período 2016-2018 para adiar a chegada de alguns aviões, o que suporá uma economia de US\$ 2,9 trilhões, equivalentes a 37% dos compromissos de frota.

A Latam tem operações domésticas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru.

Vendas da indústria de materiais de construção caem 22,2%, diz setor

Associação pede programa de crédito agressivo

As vendas de materiais de construção da indústria caíram 22,2% em fevereiro na comparação com o mesmo período do ano passado, e 6,9% na comparação com janeiro último. Foi a vigésima quinta queda consecutiva na comparação anual. As empresas do setor também reduziram em 9,4% o quadro de empregados em relação a fevereiro de 2014. Sobre o mês anterior, o nível de emprego teve recuo de 0,5%.

Os dados foram divulgados ontem pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Segundo a nota técnica da entidade, o resultado é reflexo da redução da renda, do emprego e do crédito no país.

Em nota, o presidente da Abramat, Walter Cover, defendeu que a retomada dos negócios depende de mais investimentos em infraestrutura e aumento de crédito para

compra e reforma de moradias.

"A perdurar o clima político negativo, somente um programa agressivo de crédito imobiliário, de crédito para reformas, a ativação do MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida - e aceleração de leilões de infraestrutura poderão melhorar as vendas da indústria em 2016", disse ele. Para o fechamento deste ano, a Abramat manteve a projeção de queda de 4,5% no faturamento do setor.